

## O IDEAL E O REAL NA PESQUISA GEOLINGÜÍSTICA: CAMINHOS

Vanderci de Andrade AGUILERA (UEL/CNPq)<sup>1</sup>

**RESUMO:** A pesquisa geolingüística exige procedimentos metodológicos bem definidos e adequados aos objetivos e ao contexto social. O Atlas Lingüístico do Brasil, por sua vez, definiu um perfil ideal de informantes para atender as exigências de um atlas pluridimensional. A realidade brasileira, no entanto, apresenta uma significativa parcela da população, com baixa escolaridade, em constantes processos migratórios. Neste artigo, busca-se demonstrar a distância que permeia uma proposta de informante ideal, feita para uma sociedade homogênea, sedimentada socialmente, e a situação real de intensa migração interna como a que se delineia no Brasil atual.

**RÉSUMÉ :** La recherche géolinguistique demande des procédés méthodologiques bien définis et bien ajustés aux objectifs et au contexte social. À son tour, le project Atlas Lingüístico do Brasil a établi un profil idéal d' informateurs dans le but de constituer un atlas pluridimensionnel. La réalité brésilienne, cependant, présente une partie signifiante de la population peu scolarisée et en constante migration. Dans cet article, on cherche à discuter la distance qu'il y a entre une proposition idéale, faite pour une société homogène et sédimentée et la situation réelle d'intense migration interne telles que celles qui s'esquissent dans le Brésil actuel.

### Apresentação

Toda pesquisa de campo, em especial as da área da geolingüística, exige que os procedimentos metodológicos sejam bem definidos e se ajustem adequadamente tanto aos objetivos a serem alcançados como ao contexto social em que o pesquisador irá atuar. Por isso, descrever a caminhada do projeto do Atlas Lingüístico do Brasil (ALiB) significa levar ao conhecimento de pesquisadores na área da Dialetoлогия, principalmente os que estão se iniciando ou pretendem se iniciar em trabalhos geolingüísticos, os percalços que se apresentam no momento da coleta de dados *in loco*. Passados dez anos do compromisso assumido com a *Carta de Salvador*, em novembro de 1996, fazemos mais um balanço das realizações do ALiB e, neste caso, analisamos alguns dados que compõem o perfil dos informantes que integram o quadro atual das entrevistas realizadas nas capitais em relação ao perfil estabelecido no Projeto.

Conforme exposto no Projeto, o universo dos informantes do ALiB será formado por 1 100 pessoas, das quais 25% serão constituídas por homens jovens e 25% por mulheres jovens, na faixa de 18 a 30 anos de idade; 25% serão homens na faixa de 50 a 65 anos e os demais 25% serão mulheres nesta mesma faixa etária. Quanto à rede de pontos, selecionaram-se 250 pontos em todo o território nacional, com base na densidade demográfica de cada estado. Assim é que em Roraima as entrevistas serão feitas em um ponto lingüístico apenas, a capital Boa Vista, enquanto no estado de São Paulo, além da capital, serão investigadas mais trinta e sete localidades, contemplando todas as regiões do interior paulista. Desses 250 pontos, 25 são preenchidos pelas capitais dos estados, excetuando-se aquelas fundadas há menos de 50 anos, como é o caso de Brasília e de Palmas.

Outros dados significativos para a escolha do informante do ALiB, além da faixa etária e do gênero, dizem respeito ao grau de escolaridade e à naturalidade tanto do informante como à dos próprios pais. Quanto à escolaridade, nas capitais seriam (e foram) entrevistadas oito pessoas: quatro com o curso universitário completo e quatro com o fundamental completo ou incompleto e, no interior, serão investigados quatro informantes com, no máximo, o fundamental. No que diz respeito ao local de nascimento, o informante deve ser natural da localidade investigada e seus pais também da localidade ou da mesma região lingüística. Ainda outras exigências são feitas para compor o perfil ideal dos informantes: a profissão e certas características físicas e psicológicas como denteição completa, ausência de problemas de audição e de prolação dos sons, espírito de cooperação e certo grau de desinibição. Quanto à profissão, são indicadas as que exigem do trabalhador a fixação na comunidade de origem, que não demandem mudanças contínuas ou

---

<sup>1</sup> vanderci@uel.br; vanderci@cnpq.br

viagens prolongadas, como a de representante comercial, gerente de banco, caminhoneiro, motorista de ônibus interestadual.

Os pré-requisitos constam da Ficha do Informante e são em número de 50 itens a serem respondidos. Ao contrário dos primeiros atlas estaduais publicados no Brasil (Rossi, 1963; Ribeiro *et alii*, 1977; Menezes e Aragão, 1984; Ferreira *et alii*, 1987 e Aguilera, 1994) que contemplavam na ficha do informantes um número reduzido de informações, pouco mais de uma dezena de itens (nome, alcunha, idade, naturalidade, profissão, filiação, naturalidade dos pais, residências anteriores e viagens), a ficha que acompanha cada Questionário do ALiB é bem mais completa: os dados referentes aos itens de 1 a 16, devem ser preenchidos antes da realização da entrevista e buscam informações de identificação pessoal, nos moldes dos atlas anteriores; as informações referentes à renda e às formas de acesso às várias *mídia* (rádio, televisão, jornal, revista), formas de lazer e religião praticada são preenchidas, igualmente com o auxílio do informante, após a entrevista (itens 17 a 37). Com essas informações, compõe-se o perfil do informante e, assim, pode-se verificar se alguns desses dados vão influenciar este ou aquele registro. Outra série de questões, envolvendo características psicológicas do informante, o local e o ambiente do inquérito, deve ser preenchida também após a entrevista, mas não na presença do entrevistado (itens 38 a 46). A ficha se encerra com os dados do local, data e entrevistador (itens 47 a 50) (Mota, 2004).

O fato de se tratar de um informante tímido ou agressivo; cooperativo ou indiferente tem um peso significativo na avaliação de respostas e de não-respostas dadas durante o inquérito. O mesmo se pode observar quanto à religião praticada, pois algumas questões estão relacionadas a esse campo. Dependendo do credo que o informante professa, alguns itens podem tanto ser prejudicados ou favorecidos, pois, para um católico é mais fácil lembrar de variantes para os conceitos de *procissão* e *presépio*, ou do nome do *santo casamenteiro*, por exemplo, do que para um protestante ou evangélico. Observações sobre as condições do inquérito: ambiente agitado, presença de terceiros no ambiente e interrupções frequentes podem indicar as causas da diminuição da espontaneidade, ou da inibição total do informante em suas respostas.

#### 1. Perfil do informante no ALiB e breve histórico das capitais analisadas

Neste trabalho, descrevemos o perfil dos informantes do ALiB de oito capitais, sendo três da região Centro-Oeste: Cuiabá, ponto 108; Campo Grande, ponto 115 e Goiânia, ponto 123 (conforme explicitamos, excetuam-se Palmas e Brasília); três da região Sudeste: Belo Horizonte, ponto 138, São Paulo, ponto 179 e Vitória, ponto 190; e dois da região Sul: Curitiba, ponto 220 e Florianópolis, ponto 230. Embora esta amostra não contemple todas as capitais dessas regiões, por faltarem os dados do Rio de Janeiro, da região Sudeste; e Porto Alegre, da região Sul, acreditamos ser suficiente para documentar os percalços de uma pesquisa de campo, quando se procura respeitar rigorosamente a metodologia proposta. A descrição vai-se ater aos quesitos: idade, naturalidade e religião do informante, naturalidade e profissão do pai e da mãe do informante. Embora não se exija que o informante professe alguma religião e os pais tenham essa ou aquela profissão, apresentamos esses dados a título de ilustração do perfil do informante das capitais pesquisadas pela equipe do ALiB-regional Paraná.

As dificuldades encontradas no momento da busca e da seleção do informante não advêm de escolhas errôneas ou inadequadas no momento de definir a metodologia, mas, como já afirmara Nelson Rossi, é o próprio tecido que é emaranhado e complicado. Isto afirmava o mestre da Dialetolegia brasileira quando, na década de sessenta do século XX, os Atlas eram monodimensionais sem a preocupação com outras variáveis que não fossem aquelas que preenchessem os requisitos que se resumem na sigla HARAS: homem, adulto, rural, analfabeto e sedentário.

Hoje é praticamente impossível pensar uma pesquisa com informantes rurícolas, analfabetos e sedentários, por diversos motivos: (i) o crescente êxodo rural, desencadeado na década de 50 do século XX, fez o Censo inverter suas cifras de 85% de moradores rurais para o mesmo número de urbanos 50 anos depois, transformando o rurícola em um ser raro. Observando os dados populacionais de 1950, de apenas um estado, no caso o Mato Grosso (Miranda, L. e Amorim, L: 2000), antes do desmembramento do Mato Grosso do Sul, a população rural representava 300 mil habitantes contra 150 mil urbanos, isto é, 67% da população habitavam o campo. Comparando com os dados de 2000, já com o desmembramento, a população mato-grossense urbana é de 2 milhões de habitantes para 500 mil rurais, o que indica que a população rural encolheu para 20% do total; (ii) o homem movimentava-se continuamente no espaço em busca de centros maiores ou de regiões emergentes que ofereçam alguma ou novas oportunidades de trabalho, melhores escolas, maiores opções de lazer e até a satisfação de novos desafios e aventuras. Assim, é muito difícil encontrar, mesmo nas capitais, aquelas famílias radicadas na localidade há mais de três gerações. Independentemente de números oficiais, basta analisarmos, dentro de nossa família, quantos permaneceram no lugar de nascimento; (iii) as mudanças nos vários setores da sociedade, seja comercial, industrial, ou público estão exigindo profissionais para atividades mais sofisticadas e cada vez mais habilitados para operar

máquinas e trabalhar com novas tecnologias. Da mesma forma que o sedentarismo se torna raro, o analfabetismo também cede a vez para a escolaridade, seja profissionalizante, seja a precária formação oferecida pelos cursos de suplência; (iv) concursos públicos e seleções internas na iniciativa privada, até em setores braçais, já estão exigindo, no mínimo, o ensino médio completo e, assim, o cidadão sedentário jovem, mesmo contra a vontade, conclui esse nível de ensino.

Além da discussão dos fatores sociais acima referidos, e antes de proceder à descrição do perfil dos informantes dessas oito capitais, consideramos interessante conhecer alguns dados, embora sumários, da história de cada uma delas. Essas informações foram buscadas no site [www.pt.wikipedia.org/wiki](http://www.pt.wikipedia.org/wiki); consultado em 18/11/2006 e na Enciclopédia dos municípios (IBGE, 1958).

Quadro 1- Dados históricos de Cuiabá, Campo Grande, Goiânia, Belo Horizonte, São Paulo, Vitória, Curitiba e Florianópolis.

N.º /localidade	1 <sup>as</sup> notícias	Ano da criação do município	Primeiros povoadores (além dos índios autóctones)
108 – Cuiabá	1716	1726 (vila)	Bandeirantes paulistas e mamelucos
115 – Campo Grande	1872	1889	Bandeirantes paulistas e mineiros
123 – Goiânia	Séc. XVI	1933	Goianos, mineiros e baianos.
138 – Belo Horizonte	1894 (Projeto)	1897	Bandeirantes paulistas e mineiros de todas as partes do estado. Século XIX e XX imigrantes italianos.
179 – São Paulo	1554	1558 (vila)	Portugueses, bandeirantes paulistas e mamelucos. Séc. XIX imigrantes italianos, portugueses, espanhóis, japoneses e árabes
190 - Vitória	1535	1551	Portugueses, africanos. Século XIX alemães, italianos, pomeranos, migrantes mineiros e fluminenses.
220 – Curitiba	1661	1693	Portugueses, bandeirantes paulistas, índios e mamelucos. Século XIX: poloneses, alemães, italianos, ucranianos.
230 – Florianópolis	1526	1726 (vila)	Portugueses, bandeirantes paulistas, índios e mamelucos. Século XIX: açorianos.

Fonte: <http://biblioteca.ibge.gov.br>; [www.pt.wikipedia.org/wiki](http://www.pt.wikipedia.org/wiki); consulta em 25 07 2006 e

Das capitais analisadas, com exceção de Goiânia, Campo Grande e Belo Horizonte, as demais surgiram entre os três primeiros séculos após o descobrimento, oriundas de incursões de portugueses, bandeirantes paulistas, índios escravizados ou catequisados, e mamelucos, que se aventuravam, sobretudo pelo interior, primeiramente em busca de índios para o trabalho braçal e depois de ouro e pedras preciosas. Ser cidade antiga é um fator facilitador para encontrar informantes naturais da localidade e, neste aspecto, com exceção de Goiânia, todas são centenárias.

A região de Cuiabá começa a ser visitada pelos bandeirantes paulistas entre o final do século XVII e início do XVIII com a descoberta de ouro. Em 1719 é assinada a ata de fundação de Cuiabá de forma a garantir os direitos pela descoberta à capitania de São Paulo. A notícia se espalha e a imigração para a região torna-se tão intensa que, em janeiro de 1727, Cuiabá é elevada à categoria de vila; em 1818 à cidade e se torna a capital em 1835. Na década de 1850, o Mato Grosso é invadido pelos paraguaios, várias cidades são atacadas, mas as batalhas não chegam à capital. Somente após a Guerra do Paraguai e o retorno da navegação pelas bacias dos rios Paraguai, Cuiabá e Paraná, a cidade se desenvolve graças à cana-de-açúcar e ao extrativismo. Volta à estagnação e só retoma o crescimento depois de 1930, com as ligações rodoviárias com Goiás e São Paulo e a aviação comercial. Com a transferência da capital Federal e o programa de povoamento do interior do país é que vai ocorrer realmente o *boom* do crescimento. (Fonte: [www.pt.wikipedia.org/wiki](http://www.pt.wikipedia.org/wiki); consultado em 18/11/2006).

Goiânia foi criada pela necessidade de transferir a antiga capital, com sede na cidade de Goiás, para outra localidade mais ao centro do Estado. Foi escolhido o pequeno município de Campinas, atualmente bairro da capital goiana, dado que se situava no *ponto cêntrico da parte mais povoada do Estado e sua topografia, das mais apropriadas e belas para construção de uma cidade urbanamente moderna, entre um vasto perímetro de terras de ótimas culturas, todas cobertas com matas de superior qualidade e que enormemente facilitarão a construção da nova cidade*, conforme relatou a subcomissão de 4 de março de 1933 (IBGE: 1958, 179).

Campo Grande, bem como toda a região Centro-Oeste, como se sabe, pertencia à Coroa Espanhola pelo Tratado de Tordesilhas de 1494 e, por esse motivo, foi palco de sucessivos confrontos entre missionários jesuítas espanhóis e bandeirantes paulistas durante os primeiros séculos do povoamento do Brasil. Segundo os historiadores, o povoamento do atual território de Campo Grande teve início com a chegada de uma família de mineiros agricultores na década de setenta do século XIX.

Belo Horizonte recebeu os primeiros bandeirantes paulistas em torno de 1701, que, na ausência de ouro, passaram a se dedicar à criação de gado. O progresso da então Fazenda do Cercado atrai novos moradores e um arraial começa a se formar em seu redor: trata-se do Curral del Rei que se desenvolve graças à pequena lavoura, à criação e comercialização de gado, à fabricação de farinha e algodão e à fundição de ferro e bronze. Das pedreiras, extraíam-se granito e calcário. Frutas e madeiras eram vendidas para outros locais. Com a decadência da mineração, o arraial se expandiu. Das 30 ou 40 famílias existentes no início, saltou para a marca de 18 mil habitantes. Vieram as primeiras escolas, o comércio se desenvolveu, mas esse ciclo de prosperidade, contudo, durou pouco com a emancipação gradativa dos diversos povoados vizinhos. Com a Proclamação da República, em 1889, o Curral do Rei muda de nome para Belo Horizonte e inicia-se a construção da nova capital

São Paulo: A história de São Paulo começa a ser contada, oficialmente, a partir do povoado de São Vicente, fundado por Martim Afonso de Sousa em 20 de janeiro de 1532. Pouco a pouco o nome de São Vicente se estende à capitania hereditária doada ao mesmo Martim Afonso pelo Rei de Portugal. Assim o primeiro nome de São Paulo foi Capitania de São Vicente.

A despeito das inúmeras dificuldades para transpor a serra do Mar, os campos do planalto logo atraíram os povoadores, o que tornou São Paulo uma exceção no tipo de colonização dos portugueses dos primeiros tempos, que se fixavam sobretudo no litoral. Assim, em 1553, os jesuítas criaram a vila de Santo André. No ano seguinte, os padres da Companhia de Jesus fundaram em Piratininga um colégio para os índios, berço da vila de São Paulo. Estabeleceu-se em Piratininga uma policultura de subsistência, baseada no trabalho forçado do índio. O isolamento criou no planalto uma sociedade peculiar. Concorreu em boa parte para tanto a proliferação de mamelucos oriundos do inevitável e intenso cruzamento com as índias da terra, pertencentes às tribos tupis que dominavam o litoral brasileiro. Em São Paulo especialmente, o hibridismo luso-tupi na sua feição étnico-cultural não se atenuaria tão rapidamente como ocorreu em outras regiões em que o fluxo de negros e o contato mais fácil com a metrópole veio diluí-lo. Até o final do século XVI são fundadas outras vila no entorno do planalto, como Santo André e Santana de Parnaíba, garantindo assim a segurança e subsistência da vila de São Paulo. Chegar a São Paulo requeria fibra especial na luta contra as dificuldades do acesso à serra, os ataques dos índios, a fome, as doenças, o que levaria a migração européia a rigoroso processo seletivo.

Dificuldades econômicas, tino sertanista, localização geográfica (São Paulo era um importante centro de circulação fluvial e terrestre), espírito de aventura, seriam poderosos impulsos na arrancada para o sertão. Desde os primeiros tempos da colonização eram constantes as arremetidas, num bandeirismo defensivo que visava a garantir a *expansão paulista* do século XVII. Este seria o grande século das bandeiras, aquele em que se iniciaria o *bandeirismo* ofensivo propriamente dito, cujo propósito era em grande parte o lucro imediato proporcionado pela caça ao índio.

Do *bandeirismo* de apresamento passou-se ao bandeirismo minerador, quando a atividade de Borba Gato, Bartolomeu Bueno da Silva Pascoal Moreira Cabral e outros foi recompensada com o encontro dos veios auríferos em Minas Gerais e Mato Grosso. O povoamento dos sertões brasileiros, todavia, fez-se com sacrifício dos habitantes de São Paulo e em detrimento da densidade populacional da capitania. Essa ruptura demográfica, aliada a fatores geográficos já mencionados (a serra do Mar), ocasionou uma queda da produtividade agrícola, bem como o declínio de outras atividades, o que acentuou a pobreza do povo no decorrer do século XVIII. A capitania, que então abrangia toda a região das descobertas auríferas, foi transferida para a coroa e ali instalou-se governo próprio em 1709, separado do governo do Rio de Janeiro e com sede na vila de São Paulo, elevada à cidade em 1711. Como descobridores das minas, os paulistas demandavam exclusividade na exploração do ouro, porém foram vencidos em 1710, com o fim da Guerra dos Emboabas, perdendo o controle das Minas Gerais. O ouro extraído de Minas Gerais seria escoado via Rio de Janeiro. Como compensação, a vila de São Paulo é elevada à condição de cidade em 1710, anexada, porém, à Capitania do Rio de Janeiro, em 1748. Restituída a Capitania de São Paulo em 1765, inicia-se uma política de incentivo à produção de açúcar para garantir o sustento da capitania. A capitania é restaurada entretanto com cerca de um terço de seu território original, compreendendo apenas os atuais Estados de São Paulo e Paraná.

A capitania ganha peso político durante a época da Independência através da figura de José Bonifácio, natural de Santos e em 7 de setembro de 1822 a Independência é proclamada às margens do riacho Ipiranga,

em São Paulo, por D. Pedro I. Em 1824, a capitania transforma-se em província. Em 1817 é fundada a primeira fazenda de café de São Paulo, no vale do Paraíba.

Nas fazendas cafeeiras do Vale do Paraíba era utilizada em grande escala a mão de obra escrava e os grãos escoados via Rio de Janeiro. Assim sendo, o Vale enriquece-se rapidamente, gerando uma oligarquia rural, enquanto o restante da Província continua dependente da cana-de-açúcar e do comércio que vai se estabelecendo na cidade de São Paulo, impulsionado pela fundação de uma faculdade de Direito em 1827.

A migração do café rumo ao oeste provoca grandes mudanças econômicas e sociais na Província. A proibição do tráfico negreiro em 1850 leva à necessidade de busca de nova forma de mão-de-obra para os novos cultivos. A imigração de europeus passa a ser incentivada pelo governo Imperial e provincial. O escoamento dos grãos passa a ser feito via porto de Santos, o que leva à fundação da primeira ferrovia paulista, construída por capitais ingleses e do visconde de Mauá, ligando Santos à Jundiá, passando por São Paulo, que começa a se transformar em importante entreposto comercial entre o litoral e o interior cafeeiro.

O enriquecimento provocado pelo café e a constante chegada de imigrantes italianos, portugueses, espanhóis, japoneses e árabes à Província, além do desenvolvimento de uma grande rede férrea, trazem prosperidade a São Paulo.

Vitória: A história capixaba começou em 23 de maio de 1535, quando os colonizadores portugueses, chefiados pelo donatário Vasco Fernandes Coutinho, desembarcaram na Capitania do Espírito Santo. Nesse mesmo ano, foi fundada a povoação de Vila Velha, primeiro núcleo populacional da capitania. Na tarefa de catequese dos povos indígenas brasileiros índios da região, destacou-se a figura de José de Anchieta que lá morreu em 1597. Rodrigues (2005, p. 321) afirma que

“os colonizadores portugueses, quando aqui chegaram em 1535, entraram em contato com os grupos indígenas existentes na região ao tentar catequizá-los. Ainda no século XVI começaram a chegar escravos vindos de outros Estados ou diretamente da África para atuar como força de trabalho ao lado dos índios. O século XIX marca o início da imigração européia não-lusa, a qual se caracterizou pelo trabalho familiar em pequenas propriedades. Vieram alemães, italianos e pomeranos, os quais deram origem a comunidades com traços semelhantes àqueles de onde eles provinham em termos da manutenção dos dialetos, usos e costumes.

A Região Metropolitana da Grande Vitória compreende os municípios de Vitória, Serra, Fundão, Vila Velha, Guarapari, Cariacica e Viana. Além da ilha principal, Vitória, fazem parte do município outras 34 ilhas e uma porção continental, perfazendo um total aproximado de 93,38 km<sup>2</sup>. Originalmente eram 50 ilhas, muitas das quais foram agregadas por meio de aterro à ilha maior. A proibição da mineração nas Minas Gerais e a presença de tribos hostis no interior contribuíram para que o Espírito Santo se mantivesse por muito tempo como uma capitania essencialmente litorânea. Apenas na segunda metade do século XIX, essa situação modificou-se graças à expansão da lavoura cafeeira. O café, penetrando no extremo sul do estado, proveniente do Rio de Janeiro, garantiu o povoamento do interior.

O plantio do café foi ainda a principal atividade dos imigrantes europeus, especialmente alemães e italianos, que introduziram o regime da pequena propriedade na região serrana. A ocupação do extremo norte ocorreu no início do século XX graças às primeiras plantações de cacau estabelecidas por fazendeiros baianos.

Curitiba começou a ser povoada por volta de 1630, por habitantes vindos de Paranaguá, de onde havia sido descoberto o ouro de aluvião, formando o povoado de Nossa Senhora da Luz e Bom Jesus dos Pinhais, que foi elevado à vila em 1693. Sem muitos recursos minerais, a região fez com que muitos dos moradores se deslocassem para a região de Minas Gerais. Durante muito tempo, a vila não foi mais do que uma passagem do transporte de gado dos campos de Viamão, no Rio Grande do Sul a Minas Gerais. O desenvolvimento na cidade começou a partir do início do século XIX, com a exploração e exportação da erva-mate, sendo elevada à categoria de cidade em 1842. Em 1853, o sul e sudoeste da província de São Paulo se separam desta, formando a nova província do Paraná, da qual Curitiba se torna capital. A partir de 1867, a cidade começa a receber levas de imigrantes, em sua maioria eslavos e italianos. Durante o século XX, a cidade passa a ter um grande incremento populacional, já consolidada como pólo regional de comércio e serviços, tornando-se uma das cidades mais ricas do Brasil e pioneira em muitas soluções urbanísticas.

Florianópolis. O primeiro nome da cidade foi Meimbipe, dado pelos índios Carijós (tupi-guarani) que nela viviam em seus primórdios. Com a chegada do bandeirante Francisco Dias Velho, por volta de 1675, passou a chamar-se Nossa Senhora do Desterro, ou simplesmente "Desterro". Após a derrota das tropas

federalistas durante a Revolução Federalista, pelo governo de Floriano Peixoto, o nome foi alterado para Florianópolis.

Já no início do século XVI, embarcações que demandavam a Baía do Prata aportavam na ilha de Santa Catarina para abastecer-se de água e víveres. A partir de 1675, intensifica-se o fluxo de paulistas e vicentistas, que ocupam vários outros pontos do litoral. Em 1726, Nossa Senhora do Desterro é elevada à categoria de vila, a partir de seu desmembramento de Laguna.

A ilha de Santa Catarina, por sua posição estratégica como vanguarda dos domínios portugueses no Brasil meridional, passa a ser ocupada militarmente a partir de 1737, quando começam a ser erigidas as fortalezas necessárias à defesa do seu território. Com a ocupação, prosperaram a agricultura e a indústria manufatureira de algodão e linho, permanecendo, ainda hoje, resquícios desse passado, no que se refere à confecção artesanal da farinha de mandioca e das rendas de bilro.

No século XIX, Desterro foi elevada à categoria de cidade; e em 1823 tornou-se Capital.

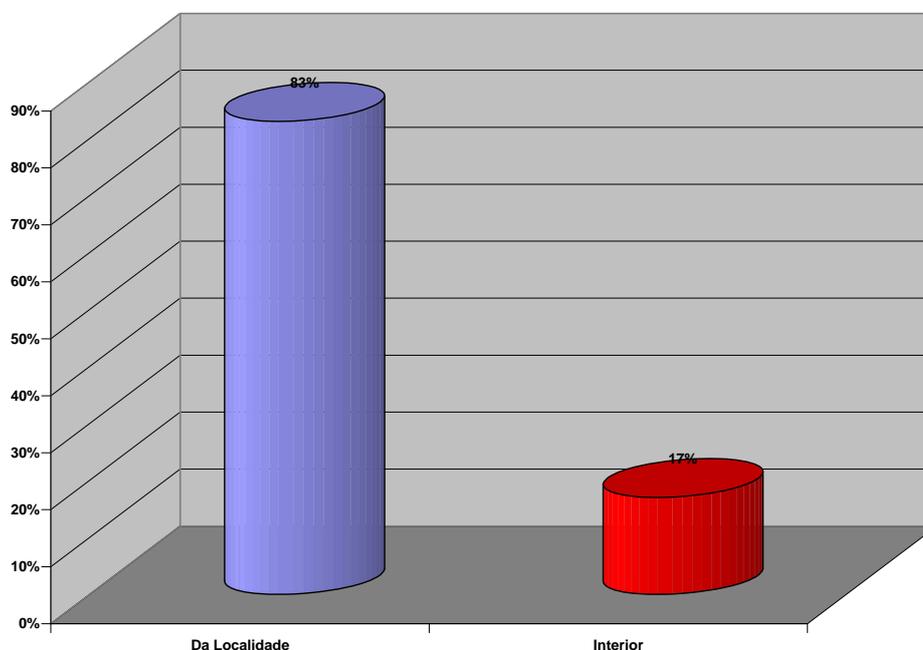
Os habitantes de vilarejos em regiões praieiras afastadas do centro eram chamados pejorativamente de *manezinhos da ilha* e caracterizados pelo falar rápido e cantante. De alguns anos para cá, porém, também os moradores das demais partes do município passaram a ostentar orgulhosamente essa qualificação. Tanto que se instituiu o troféu "Manezinho da Ilha", que se outorga a pessoas dos mais variados extratos sociais.

## 2. Perfil dos informantes do ALiB nas capitais das regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul

Escolhemos cinco itens da Ficha do Informante para discutir *o ideal e o real do perfil dos informantes* das capitais para o ALiB: naturalidade do informante, naturalidade da mãe e do pai, profissão da mãe e do pai e religião. Os três primeiros são pré-estabelecidos no Projeto e constituem características a serem rigorosamente respeitadas. A equipe de campo da regional ALiB-Paraná, ciente desse rigor, inicia os contatos com a localidade por meio da Secretaria municipal de Educação, primeiramente via telefone, em seguida via e-mail. Até o dia da saída da equipe para o campo, são inúmeros os telefonemas e mensagens via internet para sanar dúvidas, comunicar o dia da viagem e de permanência no local, discutir os ajustes, definir o funcionário que atuará como intermediário e que auxiliará na seleção dos informantes nos primeiros contatos.

O Gráfico abaixo apresenta o perfil dos informantes que integram atualmente o universo da pesquisa realizada nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul no que diz respeito à naturalidade do informante.

Gráfico 1: naturalidade do Informante



Fonte: fichas dos informantes do ALiB.

Concluída a coleta de dados nessas oito capitais e feito o levantamento do perfil desses informantes, verifica-se que a seleção dos nascidos na localidade teve êxito total em quase 83% dos casos. Os 17% que não atendem rigorosamente ao quesito não invalidam a amostra uma vez que nasceram nas proximidades, em

municípios vizinhos, como é o caso de informantes de Cuiabá, Goiânia, Vitória e São Paulo que nasceram nas imediações e foram para a capital ainda na infância. Nas localidades 115, 138, 220 e 230 todos os informantes são naturais da localidade.

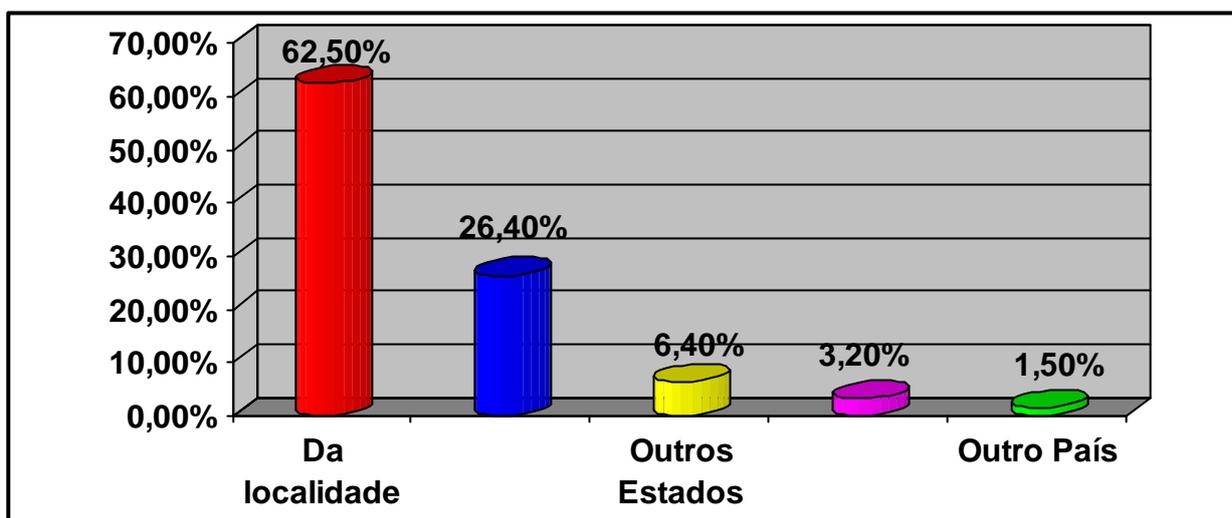
Esse desvio das normas pode parecer ao leitor um sinal de displicência, no entanto, somente os que militam nessa seara podem aquilatar os esforços despendidos para encontrar em cada capital oito informantes nascidos na localidade e que combinem a série das outras exigências: ter os pais nascidos no local, estar dentro dos limites de idade e de nível de escolaridade estabelecidos, não ter morado fora por período muito longo, e o que é bastante delicado: não ter problemas de ordem fisiológica, como denteição incompleta, gagueira, surdez, má articulação dos sons; além disso, é causa de constrangimento ao entrevistador, senão de angústia, ficar por duas três horas com uma pessoa, que preenche todos os requisitos, mas se mostra apática, pouco cooperativa, sarcástica, ansiosa, ou irritadiça, principalmente quando já se esgotaram quase todas as possibilidades de encontrar outra que se ajustasse perfeitamente ao perfil do informante ideal.

As maiores queixas dos nossos auxiliares locais, aqui denominados facilitadores, têm sido as relativas ao rigor dos limites de faixa etária, pois muitas vezes encontram pessoas que seriam ótimos informantes, mas que estão com dois ou três anos acima dos 30 ou dos 65 anos, ou têm menos de 50. O Comitê Nacional, entendendo essa dificuldade e acreditando que os acréscimos não seriam prejudiciais aos resultados, abriu para a possibilidade de entrevistar pessoas com até 32 anos, do universo de jovens, e até 67 anos, entre os mais idosos, isto depois de esgotadas todas as tentativas.

Abordaremos, na seqüência, os quesitos naturalidade da mãe e do pai do informante e como foram preenchidos no universo de informantes entrevistados. Estudos semelhantes sobre as diferenças que podem ocorrer na fala dos informantes quando os pais são naturais ou não da localidade investigada apontam para resultados diferentes (Mota, 2005, Gracioso, 2004). No primeiro caso, informantes cujos pais procediam de regiões distintas da Bahia, onde a norma seria a africacão do [t] e do [d] diante da vogal anterior alta, mantinham esse traço embora, na região estudada, a norma fosse a não africacão. No segundo estudo, filhos de pais nordestinos, nascidos no interior de São Paulo (Tarumã), não mantinham os traços fonéticos dos pais, como a abertura das vogais pretônicas, a vibrante velar ou uvular em sílabas fechadas e a não africacão do [t] e do [d], mas realizavam o [e] e o [o] pretônicos médios, o [r] retroflexo em trava silábica e africavam o [t] e o [d] diante de [i].

Sobre a naturalidade da mãe, na coleta de campo do ALiB realizada nas regiões em estudo, verificamos em 64 informantes a seguinte realidade, apresentada no Gráfico 2:

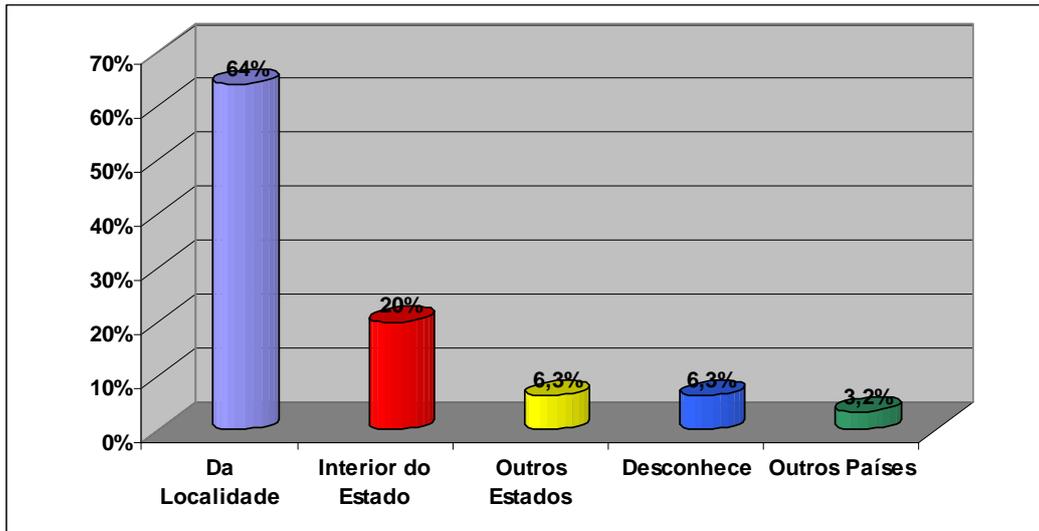
Gráfico 2: Naturalidade da Mãe



Fonte: fichas dos informantes do ALiB.

Das mães dos 64 informantes, verificamos que 40 delas, ou 62,5%, nasceram na localidade, enquanto 17, ou 26,6%, vieram do interior do estado pesquisado, muitas vezes de localidades próximas, que se convencionam chamar de Região Metropolitana da Grande São Paulo, da Grande Vitória... A única mãe de informante que veio de outro país, no caso a Polônia,

Gráfico 3: Naturalidade do pai

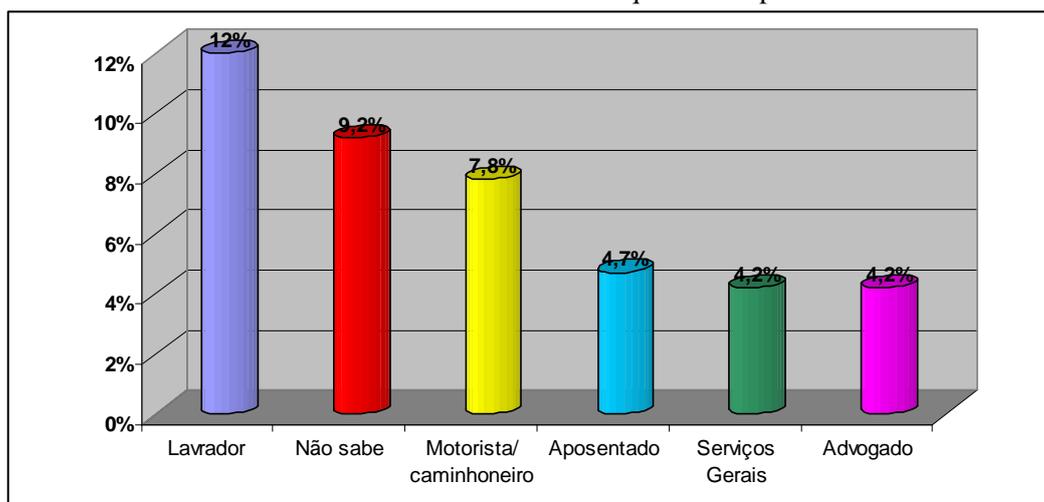


Fonte: fichas dos informantes do ALiB.

O quesito *local de nascimento dos pais*, em dados aproximados, foi cumprido integralmente em 64% dos pais (41 dos 64); 20% (13 de 64) deles nasceram em cidades vizinhas ou em locais da mesma área lingüística e 6,3% em outros estados. Dois pais, dentre os sessenta e quatro analisados (3,2%), nasceram em estados que contribuíram para o desenvolvimento populacional do município e, por isso, os filhos foram aceitos como informantes na pesquisa. Registram-se, também, dois casos de pais estrangeiros (3,2%): um pai português em São Paulo, e um polonês em Curitiba. Nos dois casos, aproveitaram-se os informantes, que preenchiam satisfatoriamente todos os requisitos, levando-se em conta que a contribuição dessas nacionalidades foi significativa na formação tanto do povoamento local, como nos traços culturais e lingüísticos de seus habitantes. Ainda quanto à naturalidade dos pais, 4 (6,3%) declararam desconhecer a origem do pai, ora por orfandade na infância, ora por não ter conhecido a figura paterna.

Acreditamos que só o fato de o informante ter os pais nascidos na localidade não basta para definir este ou aquele como um legítimo representante da fala local. Um caso que nos chamou a atenção, recentemente, na cidade de Piracicaba-SP, foi o de uma jovem que preenchia todos os requisitos, com exceção da naturalidade dos pais, que eram do interior de Minas Gerais. Na conversa inicial, que mantivemos para verificar se atendia às exigências do ALiB, a jovem apresentou os principais traços fonéticos que distinguem um falante piracicabano dos demais, como o r retroflexo tanto em sílaba travada como entre vogais e a não-africação de -di e ti. Além de outras características fisiológicas e psicológicas: dentição completa, ausência de problemas de dicção, extrovertida, cooperativa, a informante dispunha de tempo para a entrevista, mas foi dispensada pelo fato de não ter os pais piracicabanos.

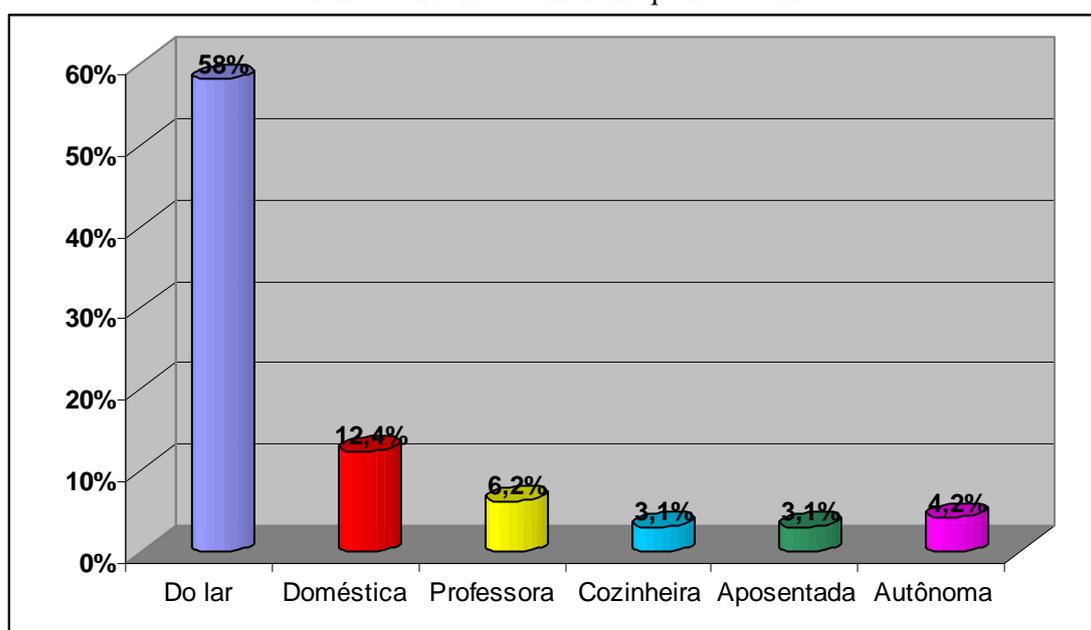
Gráfico 4: Profissões mais freqüentes do pai



Fonte: fichas dos informantes do ALiB.

O ALiB assume-se como um Atlas urbano, dadas as razões de ordem histórico-social que apontam o vazio dos campos e o inchaço das cidades principalmente na periferia das capitais e de grandes centros, ocorridos nos últimos cinquenta anos. O levantamento das profissões dos pais dos informantes, por isso, indica a alta freqüência de trabalhadores rurais (12%) em relação às demais profissões. Este particular tem favorecido aos informantes responderem sobre as questões referentes a *Atividades agropastoris e fauna* (Questionários 2001, p. 24-28). Curioso é o fato de parte significativa dos informantes (9,2%) desconhecer a profissão do pai, seja por não ter sido criada por ele, ou por ter ficado órfã ainda na infância ou juventude. Foram elencadas mais de 30 ocupações diferentes, muitas delas citadas uma única vez, como engenheiro, militar, administrador, lixador, cozinheiro, fiscal de renda, joalheiro, mecânico; ou duas, como serviços gerais, advogado, comerciante, marceneiro, servente de obras. (motorista/caminhoneiro 7,8%); aposentado (4,7%).

Gráfico 5: Profissões mais freqüentes da mãe

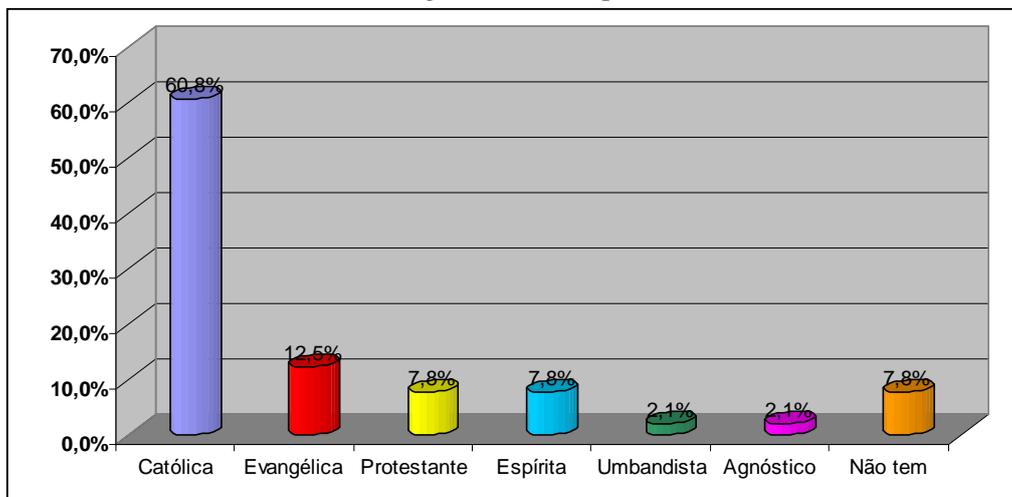


Fonte: fichas dos informantes do ALiB.

Ainda mais surpreendente é o rol das profissões ou ocupações das mães: ainda persiste o perfil da mulher dona do lar (58%), seguida da doméstica (12,4%), o que reduz consideravelmente o número de

profissões elencadas. Além das registradas no gráfico, foram citadas apenas uma vez a massoterapeuta, a psicopedagoga, a zootecnista e a profissional de serviços gerais. (professora 6,2%; cozinheira 3,1%; aposentada 3,1%)

Gráfico 6: Religião declarada pelo informante



Fonte: fichas dos informantes do ALiB.

A leitura dos atlas estaduais já publicados não indica que havia preocupação em registrar a religião praticada pelos informantes. O ALiB acerta nessa decisão, pois, logo após as primeiras entrevistas experimentais verificou-se que algumas questões envolvendo tabus ou crenças (variantes para *diabo*, *procissão*, *medalhinha*, *santo casamenteiro*, *primeiro homem*, *primeira mulher*, etc) apresentavam certa dificuldade de elicitación, conforme a religião praticada pelo informante.

A grande maioria dos informantes se declara católica (60,8%), embora alguns completem com a expressão *não praticante*. Em Belo Horizonte, com exceção do informante 1 que afirmou não ter religião, os demais declararam ser católicos. Na sequência temos 12,5% de evangélicos, 7,8% de protestantes, 7,8% de espíritas e 7,8% que declararam não professar nenhuma religião.

### Para efeito de conclusão

O Comitê Nacional já concluiu a coleta de dados nas capitais e planeja publicar os primeiros volumes do Atlas Lingüístico do Brasil no decorrer do ano de 2007. Neste artigo, descrevemos alguns traços do perfil dos informantes a partir da metodologia adotada e discutimos a distância que permeia uma proposta ideal para uma sociedade mais ou menos homogênea, com pouca mobilidade social e educacional, e a situação real nas capitais brasileiras onde se depara com intensa migração interna, ao lado de oportunidades de ascensão social via educação formal.

É importante salientar que, para encontrar os informantes, adotamos o seguinte procedimento: (i) contato telefônico com a secretaria municipal de educação da localidade a ser pesquisada, passando as características das pessoas a serem entrevistadas; (ii) envio de e-mail com o cartão ALiB do perfil dos informantes; (iii) diversos contatos via telefone e Internet para verificar o andamento das buscas e agendar a viagem.

Quando alguém da equipe tem parentes ou amigos ligados a alguma atividade pública ou comercial na qual mantêm contato com grande número de funcionários, recorreremos, também, a essas pessoas da localidade. A maior contribuição, no entanto, tem vindo das secretarias municipais de educação que mobilizam professores e funcionários para auxiliar na busca dos informantes ideais.

O estudo revelou o paradoxo do observador, repetindo a conhecida expressão laboviana, mas tomada em outro sentido: de um lado há uma série de procedimentos metodológicos discutidos e assumidos pela equipe de Diretores Científicos do Comitê Nacional; do outro lado está a realidade apontando para situações tão diversas. Diante dessas duas situações antagônicas, está o entrevistador tendo que decidir para chegar a bom termo, de tal sorte que a sua escolha não comprometa o resultado final almejado que é descrever a realidade lingüística do português falado no Brasil.

Sempre é oportuno lembrar as palavras do grande mestre Nelson Rossi: “Se as cartas não apresentam a nitidez de limites internos que seria desejável, nem sempre nos cabe a nós a responsabilidade. As razões de

serem aquelas e não outras (quem saberia quais?) as perguntas formuladas; de sermos nós e não outros os inquiridores; de serem aqueles e não outros os informantes; de serem as que foram e não outras (quem poderia dizer quais?) as localidades escolhidas; de termos dedicado apenas o tempo que dedicamos a cada inquérito, se não estamos enganados deve muitas vezes somar-se a própria natureza do tecido emaranhado que se procura deslindar”.(Rossi: 1965, p. 50)

### Referências bibliográficas

AGUILERA, Vanderci de Andrade. *Atlas Lingüístico do Paraná (ALPR)*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1994.

AGUILERA, Vanderci de Andrade. *Atlas Lingüístico do Paraná: apresentação*. Londrina: UEL, 1996.

ARAGÃO, Maria do Socorro, MENEZES, Cleusa Bezerra de. *Atlas Lingüístico da Paraíba (ALPB)*, I-II. Brasília: Universidade Federal da Paraíba/CNPq, 1984.

BRANDÃO, Sílvia Figueiredo & MORAES, João Antônio de. A geolingüística no Brasil: resultados e perspectivas. IN *Atas do IX Congresso Internacional da Associação de Lingüística e Filologia da América Latina (ALFAL)*. Campinas: UNICAMP/IEEL, 1998, v. IV.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. *Atlas Lingüístico de Sergipe vol. II*. Tese de Doutorado, UFRJ, 2002.  
COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB. *Atlas Lingüístico do Brasil: questionários*. Londrina: Ed. UEL, 2001.

FERREIRA, Carlota, MOTA, Jacyra, FREITAS, Judith, ANDRADE, Nadja, CARDOSO, Suzana, ROLLEMBERG, Vera, ROSSI, Nelson. *Atlas Lingüístico de Sergipe (ALS)*. Salvador: UFBA-FUNDESC, 1987.

GRACIOSO, Valeska. *O comportamento lingüístico na cidade de Tarumã: um contraste entre pais e filhos*. Trabalho de conclusão da disciplina Dialetologia e Geolingüística no Brasil. Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem. UEL: Londrina: 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*, vols. XXXV e XXXVI. Rio de Janeiro: 1958.

MOTA, Jacyra Andrade. Constituição do *corpus* do Projeto ALiB: procedimentos metodológicos. In AGUILERA, Vanderci de Andrade, MOTA, Jacyra Andrade & MILANI, Gleydi A. Lima. *Documentos I: Projeto Atlas Lingüístico do Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2004.

RIBEIRO, José, ZÁGARI, Mário, PASSINI, José e GAIO, Antônio. *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais (EALMG)*, I. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, Universidade Federal de Juiz de Fora, 1977.

RODRIGUES, Catarina Vaz. Atlas Prévio do Espírito Santo (APES): primeiras notícias. In AGUILERA, Vanderci de Andrade (org.) *A geolingüística no Brasil: trilhas seguidas, caminhos a percorrer*. Londrina: Eduel, 2005.

ROSSI, Nelson, FERREIRA, Carlota, ISENSEE, Dinah. *Atlas Prévio dos Falares Baianos (APFB)*. Rio de Janeiro: INL-MEC, 1963.

ROSSI, Nelson. *Atlas Prévio dos Falares Baianos. Introdução. Questionário comentado. Elenco das respostas transcritas*. Rio de Janeiro: MEC-INL, 1965.

[www.pt.wikipedia.org/wiki](http://www.pt.wikipedia.org/wiki); consultado em 18/11/2006. Históricos das capitais: Cuiabá, Campo Grande, Goiânia, Belo Horizonte, Vitória, São Paulo, Curitiba e Florianópolis.